

PROGRAMA DE DISCIPLINA

Disciplina: PROCESSO CONSTITUCIONAL

Código da Disciplina: JUR318

Curso: DIREITO

Semestre de oferta da disciplina:

Faculdade responsável: DIREITO

Programa em vigência a partir de: 2015

Número de créditos: 04

Carga Horária total: 60

Horas aula: 72

EMENTA:

Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo constitucional. A Concretização dos Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Ações Constitucionais típicas: ação popular, ação civil pública, *habeas data*, *habeas corpus*, mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo. Aspectos processuais do Controle de Constitucionalidade. Técnica Processual de Elaboração de Recursos Constitucionais: Recursos ordinário, especial e extraordinário. Pressupostos constitucionais de admissibilidade. Interpretação jurisprudencial. Elaboração de recursos constitucionais.

OBJETIVOS GERAIS:

Ensino do Direito Constitucional direcionado à formação humanística, técnica e prático-jurídica, visando o desenvolvimento de um juízo crítico e reflexivo sobre o fenômeno jurídico, como forma de capacitar o bacharel em Direito na compreensão de tal fenômeno, no desenvolvimento da argumentação, da lógica, do raciocínio e na pesquisa e produção científica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Levar o aluno à compreensão da importância do processo constitucional.
- Incentivar o aluno à apreensão de conhecimentos sobre o processo constitucional nas ações constitucionais e no controle de constitucionalidade.
- Auxiliar o aluno no aprimoramento do uso da linguagem, da argumentação e da reflexão, habilitando-o a solucionar os problemas que se apresentam na aplicação concreta das normas constitucionais.



CONTEÚDO:

UNIDADE 1 – SENTIDO DO PROCESSO NO ÂMBITO CONSTITUCIONAL

- 1.1 - Procedimento e processo no direito constitucional.
 - 1.1.1 - Interesse teórico-jurídico, teórico-político e jurídico constitucional.
 - 1.1.2 - A teoria constitucional do procedimento.
 - 1.1.3 - O direito do procedimento como direito constitucional.
 - 1.1.4 - Procedimento e processo constitucional.
 - 1.1.5 - Procedimento e concretização constitucional.
- 1.2 - O processo constitucional.
 - 1.2.1 - Conceito e objeto do processo constitucional.
 - 1.2.2 - Teleologia do processo constitucional.
- 1.3 - Os princípios gerais do Direito Processual Constitucional.
 - 1.3.1 - O princípio do pedido.
 - 1.3.2 - O princípio da instrução.
 - 1.3.3 - O princípio da congruência.
 - 1.3.4 - O princípio da individualização.
 - 1.3.5 - O princípio do controle material.

UNIDADE 2 – Remédios Constitucionais e Garantias de Direitos Coletivos

- 2.1 - Remédios, ações e garantias.
- 2.2 - Habeas Corpus.
- 2.3 - Mandado de segurança.
 - 2.3.1 - Conceito, legitimidade e natureza processual.
 - 2.3.2 - Ato de autoridade.
 - 2.3.3 - Direito individual e coletivo, líquido e certo.
 - 2.3.4 - Objeto e cabimento.
 - 2.3.5 – Procedimento.
 - 2.3.6 - Partes, litisconsórcio e assistência. (SEGUE)
 - 2.3.7 – Competência.
 - 2.3.8 - Medida liminar e suspensão.
 - 2.3.9 – Informações.
 - 2.3.10- Sentença e suspensão.



- 2.3.11- Execução.
- 2.3.12- Recursos e coisa julgada.
- 2.3.13- Outras questões processuais.
- 2.4 - Mandado de injunção.
 - 2.4.1 - Conceito e objeto.
 - 2.4.2 - Competência e procedimento.
 - 2.4.3 – Julgamento.
 - 2.4.4 – Recursos.
 - 2.4.5 – Execução.
 - 2.4.6 - Outras questões processuais e materiais.
- 2.5 - Habeas data.
 - 2.5.1 - Conceito e objeto.
 - 2.5.2 - Legitimação, competência e procedimento.
 - 2.5.3 - Julgamento e execução.
 - 2.5.4 - O Habeas data na Lei n. 9.507/97 e outras questões pertinentes.
- 2.6 - Ação popular.
 - 2.6.1 - Conceito, requisitos, finalidade e objeto.
 - 2.6.2 - Partes, competência e processo.
 - 2.6.3 - Liminar e sentença.
 - 2.6.4 - Recursos e coisa julgada.
 - 2.6.5 - Execução.
- 2.7 - Ação civil pública.
 - 2.7.1 - Conceito e objeto;
 - 2.7.2 - Legitimação e poderes do Ministério Público;
 - 2.7.3 - Foro e processo;
 - 2.7.4 - Responsabilidade do réu e sentença;
 - 2.7.5 - Âmbitos de cabimento da ação civil pública: mercado de capitais, defesa do consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, infrações da ordem econômica.
 - 2.7.6 - A recente evolução da ação civil pública.
 - 2.7.6.1 - Usos e abusos.
 - 2.7.6.2 - Dissecação de sua patologia.

UNIDADE 3 - JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE

- 3.1 - Aspectos gerais sobre o controle de constitucionalidade.
- 3.2 - Ação direta declaratória de inconstitucionalidade por ação.
- 3.3 - Ação direta declaratória de inconstitucionalidade por omissão.
- 3.4 - Ação direta declaratória de constitucionalidade.
- 3.5 - Argüição de descumprimento de preceito fundamental.
- 3.6 - Ação direta interventiva.

ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os conteúdos serão trabalhados, privilegiando:

- levantamento do conhecimento prévio dos estudantes
- motivação com leituras, charges, situações problemas ou peques nos vídeos
- Exposição oral / dialogada
- Discussões, debates e questionamentos
- Leituras e estudos dirigidos
- Atividades escritas individuais e em grupos
- Apresentações por parte dos alunos de: plenárias, painéis, mini aulas etc.

FORMAS DE AVALIAÇÃO:

O processo de avaliação da construção de conhecimentos a partir da observação e análise de:

- frequência e pontualidade por parte do aluno
- participação construtiva e compromisso com a dinâmica e o processo educativo proposto pela disciplina
- discussão fundamentada individual e em equipe
- trabalhos sistematizados – produções individuais, coletivas e apresentações em sala de aula: fichamentos, resenhas e painéis sobre leituras complementares realizadas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - Col. Saraiva de Legislação.** 49ª Ed.

São Paulo: Saraiva, 2014

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de Processo Constitucional – Controle de Constitucionalidade e Remédios.** 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

FUX, Luiz. **Processo Constitucional.** Rio de Janeiro: Forense, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito Processual Constitucional.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

CORREIA, Marcus Orione G. **Direito Processual Constitucional - 4ª ed.** São Paulo: Saraiva, 2011.

Aprovado pelo Conselho da Faculdade em: ____/____/____ .

Assinatura e carimbo da Direção da Faculdade